

Pesquisas onomásticas sobre nomes não oficiais:

Revisão sistemática de literatura ¹

Onomastic research on unofficial names:

Systematic literature review

Julia Machado

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

juliamachado0022@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-6997-9728>

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura focada na investigação dos estudos sobre nomes não oficiais de pessoas. A partir da aplicação de um protocolo de pesquisa na aba de teses e dissertações do Observatório Onomástico (O-ONOMA), foram extraídos quatro trabalhos relevantes: Castro (2013), que explora os significados e funções dos apelidos ao rememorar os nomes oficiais, evidenciando a riqueza cultural e as camadas de significados sociais associadas aos nomes não oficiais; Cruz (2023), que aborda a variação dos apelidos entre jogadores de futebol brasileiros ao longo dos anos, destacando mudanças antroponímicas influenciadas pelo mercado esportivo; Camargo (2022), que analisa o impacto dos nomes de urna dos candidatos a vereador nas cidades paranaenses de Cascavel e Ponta Grossa, demonstrando como esses nomes podem influenciar decisões eleitorais; e Rech (2022), que investiga os sinais de nome na Língua Brasileira de Sinais (Libras), revelando características metonímicas e significados culturais profundos desses nomes. A análise desses estudos revela que a pesquisa sobre nomes não oficiais é vasta, abrangendo aspectos sociológicos, políticos e culturais. Os resultados indicam que, apesar da diversidade dos estudos existentes, ainda há uma lacuna significativa em pesquisas dedicadas a esses nomes em comparação a outros estudos antroponomásticos. Evidenciar e analisar esses trabalhos é crucial para captar tanto padrões gerais quanto nuances culturais e sociais dos nomes não oficiais. A continuidade e a expansão dessas pesquisas são essenciais para uma compreensão abrangente desse fenômeno multifacetado, destacando a necessidade de novas investigações nessa área de estudo. A exploração mais profunda das temáticas associadas aos nomes não oficiais pode contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais em que esses nomes estão inseridos.

Palavras-chave: Nomes não oficiais, antroponomástica, revisão sistemática de literatura.

Abstract: This article presents a systematic literature review focused on investigating studies on people's unofficial names. Based on the application of a search protocol in the theses and dissertations tab of the Onomastic Observatory (O-ONOMA), four relevant works were extracted: Castro (2013), which explores the meanings and functions of nicknames when recalling official names, highlighting the cultural richness and layers of social meanings

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida durante a Iniciação Científica Voluntária (IC-V), realizada de 2023 a agosto de 2024, sob a orientação da professora doutora Márcia Sipavicius Seide.

associated with unofficial names; Cruz (2023), which addresses the variation of nicknames among Brazilian soccer players over the years, highlighting anthroponymic changes influenced by the sports market; Camargo (2022), which analyzes the impact of the ballot box names of council candidates in the Paraná cities of Cascavel and Ponta Grossa, demonstrating how these names can influence electoral decisions; and Rech (2022), which investigates sign names in the Brazilian Sign Language (Libras), revealing metonymic characteristics and deep cultural meanings of these names. The analysis of these studies reveals that research into unofficial names is vast, covering sociological, political and cultural aspects. The results indicate that, despite the diversity of existing studies, there is still a significant gap in research dedicated to these names compared to other anthroponomy studies. Evidencing and analyzing these works is crucial to capture both general patterns and cultural and social nuances of unofficial names. The continuation and expansion of this research is essential for a comprehensive understanding of this multifaceted phenomenon, highlighting the need for further investigations in this area of study. Deeper exploration of the themes associated with unofficial names can contribute to understanding the social and cultural dynamics in which these names are embedded.

Keywords: Unofficial names, anthroponomy, systematic literature review.

Introdução

Este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura em pesquisas na área da Antroponomástica² que contemplem trabalhos de pós-graduação em Letras ou Linguística, os quais abordam o estudo dos nomes não oficiais disponíveis na aba de teses e dissertações do website Observatório Onomástico (O-ONOMA), até o mês de setembro de 2023.

O objeto de pesquisa desta revisão sistemática de literatura são os nomes não oficiais de pessoas, que fazem parte dos estudos da Antroponomástica, subárea da Onomástica. Nomes não oficiais referem-se àqueles que não estão registrados em cartórios civis, como os apelidos (Amaral e Seide, 2020). A Onomástica é a área da linguística que estuda os nomes próprios em todas as suas dimensões, enquanto a Antroponomástica se concentra nos estudos e análises da

² Neste artigo utiliza-se o termo Antroponomástica para designar a área que estuda os nomes próprios de pessoa e o termo antroponímia para designar um conjunto determinado de nome próprios em decorrência da adoção das recomendações terminológicas do International Council of Onomastics Sciences (ICOS).

origem dos nomes próprios de pessoas, sobrenomes, apelidos e alcunhas (Amaral e Seide, 2020), que são o foco desta pesquisa. O estudo dos nomes não oficiais pode revelar tanto a história quanto a cultura de uma nação, assim como os nomes oficiais; portanto, é essencial reconhecer sua importância.

Com relação à revisão sistemática de literatura, destacamos aqui a realizada por Seide (2023), na qual a autora discorre sobre os estudos dos prenomes e sobrenomes no Brasil. Para sua pesquisa, ela utilizou como ponto de partida uma lista bibliográfica já publicada que continha 44 artigos, dos quais 15 focavam em nomes e /ou sobrenomes, correspondendo a 28% dessa lista sobre os artigos não avaliados em sua revisão, ela afirma que são artigos que “são inovadores porque eles não focam nomes próprios oficiais e/ou não se baseiam na análise etimológica dos nomes. Mais pesquisa é necessária para descrever e analisar essas pesquisas adequadamente” (Seide, 2023: 25).

A lacuna deixada por Seide (2023) em sua pesquisa, ao não abordar os nomes não oficiais de pessoas, é explorada nesta revisão sistemática de literatura, com a ressalva de que o gênero acadêmico em foco não são artigos, mas sim teses e dissertações defendidas no Brasil nas áreas de Letras e Linguística.

A revisão sistemática de literatura visa compreender uma questão científica ou metodológica a partir da análise de outras pesquisas já realizadas sobre o tema (Sampaio; Mancini, 2007). Esse tipo de pesquisa bibliográfica é muito útil aos pesquisadores pois ela permite sistematizar estudos de um determinado assunto e propor novas pesquisas no futuro. “Ela começa com uma ou mais perguntas de pesquisa e se desenvolve a partir da criação e aplicação de um protocolo no qual são informados os critérios de inclusão e exclusão de obras e onde elas serão buscadas” (Seide, 2023: 1).

Para ser considerada uma pesquisa de revisão sistemática de literatura, é necessário seguir os seguintes passos:

1) definição da pergunta científica e do escopo da pesquisa; 2) identificação da(s) base(s) de dado(s) a ser(em) usada(s), definição das palavras-chave e da estratégia de busca; 3) condução da busca e seleção inicial de artigos (em geral mediante leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave); 4) aplicação dos critérios de seleção e apresentação de justificativas para possíveis exclusões; 5) análise crítica e avaliação de todos os estudos incluídos na revisão; 6) elaboração de uma síntese das informações disponibilizadas nos artigos incluídos; 7) apresentação de uma conclusão (Sampaio, Mancini, 2007, apud Seide, 2023: 29-30).

A revisão apresentada neste artigo teve como ponto de partida a necessidade de encontrar respostas para as seguintes perguntas de pesquisa: 1) Quais nomes secundários não oficiais já foram contemplados em teses e dissertações do O-ONOMA? 2) Quais fundamentações teóricas foram utilizadas? 3) Quais procedimentos metodológicos foram usados?

Para buscar essas respostas, optou-se pelo website do Observatório Onomástico (O-ONOMA) como base de dados, pois ele possui uma aba específica dedicada a teses e dissertações defendidas na área, elaboradas pelos pesquisadores do observatório. Cumpre informar que, conforme consta no website, o O-onoma surgiu em 2020 como “rede de pesquisadores da área de onomástica (em suas diferentes linhas de atuação) que tem como finalidade o intercâmbio dos resultados de pesquisas, a cooperação entre as instituições, a elaboração e o desenvolvimento de projetos interinstitucionais” (O-onoma, 2024). Assim, por se tratar de uma base de dados que reúne pesquisadores e pesquisas de Onomástica em diversos campos de atuação e em várias partes do Brasil, o observatório foi escolhido como a fonte principal desta revisão bibliográfica.

As questões de pesquisa surgiram durante a realização da atualização da aba de teses e dissertações do website Observatório Onomástico (O-ONOMA) realizada pela autora deste artigo como uma das atividades previstas para a Iniciação Científica voluntária (IC-V). Essa atividade consistia em reunir os trabalhos publicados na área da Onomástica, disponíveis até o

mês de setembro de 2023, para facilitar a localização e a organização dessas pesquisas, bem como permitir novos estudos a partir dessa atualização.

Em novembro de 2023, com a aba de pesquisas finalmente atualizada, foi criado o protocolo que, além das perguntas de pesquisa citadas acima, também contém critérios de inclusão e exclusão, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 1. Protocolo de pesquisa utilizado para a revisão de literatura

Título: Pesquisas onomásticas sobre nomes secundários não oficiais
Responsável: Julia Machado
Bases de dados: Elenco de teses e dissertações de membros do O-ONOMA disponível na página web do observatório.
Perguntas de pesquisa: Quais nomes secundários não oficiais já foram contemplados em teses e dissertações do O-ONOMA? Quais fundamentações teóricas foram utilizadas? Quais procedimentos metodológicos foram usados?
Crítérios de inclusão: Ser a pesquisa tese ou dissertação orientada por um membro do O-ONOMA ou estar incluída no elenco de teses e dissertações do Observatório; Estar disponível no repositório em setembro de 2023; A pesquisa ter, como um dos seus objetivos de pesquisa, a descrição de um nome secundário não oficial.
Crítérios de exclusão: Não estar disponível em repositório de tese e dissertações com acesso gratuito.
Bases de dados: Elenco de teses e dissertações de membros do O-ONOMA disponível na página web do observatório.

Fonte: Produção própria, 2023.

A aplicação do protocolo resultou em uma lista bibliográfica seleta, cuja análise possibilitou a formulação de respostas às questões de pesquisa previamente estabelecidas, constituindo assim os resultados obtidos por esta investigação bibliográfica. Para facilitar a compreensão da pesquisa e de seus resultados, este artigo foi organizado em três seções distintas: na primeira, são apresentadas as descrições de cada trabalho da bibliografia selecionada; na segunda, realiza-se a análise das pesquisas descritas; e, por fim, na terceira seção, encontra-se a conclusão deste artigo.

1 Descrição das pesquisas encontradas na revisão sistemática de literatura

No Brasil, após o nascimento do bebê, é obrigatório que ocorra o registro do nome da criança no cartório mais próximo. Esse é o conceito básico de nomes oficiais – aqueles que estão no registro da identidade da pessoa, que contém o prenome e, logo após, o sobrenome do pai e/ou da mãe. Portanto, os nomes não oficiais de pessoas são esses que não fazem parte do nome civil que se registra em cartório, como é o caso dos apelidos (Amaral e Seide, 2020) e outras classificações que veremos no decorrer da pesquisa.

No que diz respeito aos nomes secundários, esses geralmente são utilizados para diferenciar as pessoas que possuem o mesmo primeiro nome ou para destacar outras características marcantes. Alguns exemplos de nomes secundários são sobrenomes, apelidos, títulos³, nomes artísticos ou profissionais.

Em relação ao objetivo principal desta revisão sistemática de literatura, que consiste em analisar os nomes secundários não oficiais presentes no elenco de teses e dissertações do site Observatório Onomástico (O-ONOMA), a partir de certos critérios de inclusão e exclusão já expostos anteriormente no Quadro 1, esta seção contém as descrições das pesquisas selecionadas, as quais foram inteiramente lidas e resumidas para compreender com cautela os pontos estudados por cada autor.

Na pesquisa de Castro (2013), o autor estuda a apelação e os apelidos de pessoas através do corpus da Apelista de 2011 - lista telefônica organizada por apelidos – da cidade de Cláudio (MG). Pode-se definir o conceito de apelido a partir de Amaral e Seide (2020): “Com os apelidos [...] não há nenhuma relação formal entre o prenome e o apelido.” Ou seja, o apelido

³ Nomes que indicam uma posição ou status na sociedade, como por exemplo Dr. (Doutor), Prof. (Professor) ou Sr. (Senhor).

pode ser definido por características físicas, acontecimentos externos e/ou socioculturais. O que o autor nomeia somente de apelidos, engloba também os hipocorísticos, definidos por Amaral e Seide (2020) como: “O hipocorístico pode ser compreendido como um item formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo etc.) de outro antropônimo. Nos hipocorísticos, existe uma correlação entre a forma alterada e o prenome (ou sobrenome)” (e.g., se alguém tem como prenome “Isabela”, o hipocorístico seria “Isa”).

Essa definição não é utilizada por Castro (2013) em sua pesquisa. O autor assume que apelidos e hipocorísticos advêm do mesmo processo de renomeação, cuja característica principal é rememorar o nome jurídico da pessoa em questão. Esse processo é o que o pesquisador chama de apelidação ou nomeação lúdica, e os nomes advindos dessa renomeação são por ele chamados de apelidos ou nomes lúdicos, cuja análise é feita segundo a Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002), definida pelo pesquisador como:

toma o acontecimento enunciativo do dizer como lugar da relação do sujeito com a língua. Este acontecimento de linguagem é compreendido como histórico e como político. Histórico porque o sujeito fala de uma posição-sujeito no interdiscurso, sendo o interdiscurso definido como “o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido” (Orlandi, 1992:89). E político porque o acontecimento de linguagem se dá em um espaço de enunciação, caracterizado como um espaço político (Castro, 2013: 71).

Ou seja, é o ato específico de enunciar ou dizer algo. A partir do momento em que uma pessoa utiliza da língua para comunicar uma mensagem, ela, além de reproduzir palavras, envolve em sua fala contexto, intenção, interação e subjetividade.

A pesquisa de Castro (2013) busca, ainda, analisar como os apelidos se encaixam na Filosofia da Linguagem e o que podemos absorver para tratar dos apelidos e apelidações de pessoas. O autor também pretende entender como os apelidos vêm sendo tratados em diferentes abordagens, uma vez que eles estão ligados a questões linguísticas e sociais. Castro (2013)

conclui, em sua pesquisa, que os apelidos e o ato da apelidação têm uma atuação semântica-enunciativa lúdica em relação à nomeação jurídica. A partir dessa ideia, o autor pode discorrer sobre possíveis sentidos que a apelidação e os apelidos podem conter.

A partir dos estudos obtidos por Castro (2013), nota-se que o ato da apelidação reverbera no funcionamento semântico-enunciativo lúdico em relação à nomeação jurídica, e os aspectos sociopolíticos se destacam durante as análises dos possíveis sentidos da apelidação. De fato, é impossível falar de Onomástica, aqui especificamente Antroponomástica, e não considerar os aspectos sociais e políticos que acompanham a nomeação das pessoas.

Estes aspectos da nomeação são muito bem trabalhados na pesquisa de Cruz (2023), a qual consiste em observar a variação dos nomes próprios de jogadores brasileiros de futebol durante as décadas. O autor revela que o objetivo geral do trabalho é analisar quais seriam os possíveis fatores que impactam o uso desses antropônimos e as mudanças ocorridas durante um período estipulado entre 1991 e 2021. Ele utiliza como referencial teórico a Sociolinguística Variacionista de Labov (1972) e Fernández (1999), que nos permite perceber a abrangência do objeto de estudo e entender que se trata de um fenômeno variável que contém relações linguísticas e extralinguísticas. Cruz (2023) também se apoia nas classificações tipológicas de Amaral e Seide (2020) para a criação da classificação “Nome de jogo”, utilizada durante sua pesquisa. Os dados levantados pelo autor demonstram que fatores como idade, leis, visão de futuro e socioeconomia são grandes influências nas mudanças dos nomes de jogo ao longo dos anos.

Cumprе ressaltar que um nome não oficial pode representar muito mais do que apenas a cultura de uma região; ele consegue ser veículo de influência sociopolítica devido a fatores como identificação ou o *status* de uma pessoa.

Estes aspectos de alguns nomes não oficiais são evidenciados por Camargo (2022), que investiga a formação dos nomes políticos nas cidades paranaenses de Cascavel e Ponta Grossa, com atenção aos nomes de urna dos candidatos que concorrem ao cargo de vereador. A pesquisa se apoia em fundamentações teóricas que buscam preencher lacunas epistemológicas e oferecer uma compreensão mais profunda sobre como esses nomes são construídos e o que representam dentro do contexto sociolinguístico. Para isso, é adotada uma abordagem interdisciplinar, que combina conceitos e perspectivas teóricas provenientes de diferentes campos das ciências humanas: Antroponomástica, Linguística, Sociologia, História e Antropologia. Além disso, para embasar sua análise, o estudo recorre a teorias como a Teoria da Relevância, que investiga como os seres humanos processam e interpretam informações comunicativas, à teoria social do vínculo de Durkheim e à recursividade em Giddens e Morin, que ajudam a entender como as identidades sociais são construídas e mantidas em contextos sociais complexos. Essa integração de conhecimentos permite uma análise mais rica e abrangente dos nomes de urna, em que se considera não apenas sua forma linguística, mas também seu significado social e cultural.

Nas análises feitas por Camargo (2022), os nomes de urna mostram relações morfológicas, lexicais, semânticas e sociocognitivas, nas quais a manutenção parcial do nome civil, principalmente através de apelidos e acréscimos, é mais comum. A estratégia de supressão é frequente na formação desses nomes, que tendem a ser morfológicamente curtos. Essa modificação reflete um processo de subjetivação que resolve conflitos psicológicos. No material estudado pela autora, observa-se uma preferência pela manutenção de elementos do prenome e sobrenome, frequentemente associados a acréscimos, especialmente no contexto do trabalho. Esses acréscimos, como "DR", comunicam o papel social do candidato e seu prestígio, podendo influenciar a audiência eleitoral. A autora revela que os domínios funcionais mais frequentes na conceituação de pessoas incluem PARENTAL, TRABALHISTA e RELIGIOSO,

em que reflete a organização social do sul do Brasil no início do século XX, marcada por um capitalismo incipiente, ação comunitária e influência religiosa.

Os nomes de urna são vistos como estratégias comunicativas que visam construir uma identidade social positiva, que reflete a relação entre linguagem e poder social. A comunicação do ofício nesses nomes de urna influencia diferentes perfis de eleitores, desde aqueles que se identificam com a proposta política do candidato até aqueles que veem na comunicação do nome uma reafirmação de identidade.

Essas mudanças e acréscimos nos nomes podem afetar a identidade e a identificação de um povo ou nação. No entanto, o ato da nomeação não oficial no Brasil ainda precisa ser mais explorado e estudado, uma vez que os nomes não oficiais não se limitam apenas a apelidos e hipocorísticos. Além disso, em relação ao nome de urna, nota-se que o aspecto psicossocial da aut nomeação enfraquece, em parte, pela falta de estudos que utilizem métodos mais aprofundados, como entrevistas, para investigar melhor os fatores subjetivos e sociais que influenciam essa escolha. Assim, há uma lacuna significativa a ser preenchida nas pesquisas sobre a relação entre nomeação e identidade pessoal, tanto no âmbito popular quanto no político.

Em relação à pesquisa de Rech (2022), ela se mostra de grande importância ao analisar o ato da nomeação não oficial na comunidade surda. A autora estuda o fenômeno dos sinais de nomes na Libras, em que o principal objetivo é “identificar as características sócio-onomásticas referentes à atribuição de sinais de nome na comunidade surda usuária da Libras, bem como estudar como as metonímias/metáforas conceituais estruturam o processo de nomeação nesta língua.” (Rech, 2022: 136). A autora percorre a história da Libras no Brasil, que se inicia como um movimento sociocultural ao qual os surdos pertencem.

As contribuições para que a Libras se tornasse uma língua oficial e não apenas um conjunto de mímicas vieram de diversos lados: os movimentos surdos, os espaços religiosos (com tradução e organização de manuais) e a academia. Todos foram responsáveis para que ela se estabelecesse através da lei. Rech (2022) ainda ressalta que a atribuição de um sinal de nome, que corresponde aos nomes das pessoas na Libras, é um reconhecimento daquela pessoa dentro da comunidade surda.

Ao explicar os processos para atribuir a uma pessoa um sinal de nome, Rech (2022) esclarece que, na Língua de Sinais Americana, é geralmente um surdo que escolhe o sinal de nome, não podendo o indivíduo se autodenominar, especialmente se não for surdo (Wild, 2017); já na Língua de Sinais Sueca, surdos, deficientes auditivos e ouvintes podem nomear alguém. Na Libras, não existem trabalhos que abordem esse aspecto. A atribuição desse sinal de nome também conta com características como grau de proximidade e intimidade. Através do banco de dados da autora, os principais contextos de nomeação das pessoas ouvintes se dão em: formação/aprendizado da Libras, educação formal, religião e contexto familiar (Rech, 2022).

A importância do papel da metonímia conceptual na formação dos sinais de nome na Libras também é destacada pela autora. Rech (2022) revela diversas delas, tais como metonímia CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA, metonímia PARTE DO NOME PELA PESSOA e PARTE PELO TODO/CABEÇA PELA PESSOA/CARACTERÍSTICA FÍSICA PELA PESSOA. Outras formas discutidas incluem hábitos das pessoas, características comportamentais e aspectos relevantes da profissão. A autora revela que 96,9% (371 sinais de nome) foram formados a partir de processos metonímicos.

Outras questões, como sinais de nome formados por empréstimo semânticos, também foram analisadas pela autora. Nessa análise, a natureza semântico-cultural, após a tradução da Libras para o português, transfere para a língua de chegada toda a bagagem semântico-cultural

da expressão. Rech (2022) defende que “Transferir o reconhecimento do significado de uma palavra (ou parte dela) para um sinal de nome pode, mesmo que inconscientemente, revelar um certo desejo por parte do surdo de ser reconhecido como um falante da Língua Portuguesa, a língua oficial do país” (Rech, 2022: 221).

As pesquisas apresentadas oferecem um panorama diversificado e profundo sobre a temática dos nomes não oficiais de pessoas, o que nos revela a riqueza e complexidade desse campo de estudo. O trabalho de Castro (2013) investiga a apelidação sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento e procura desvendar os múltiplos significados que os apelidos podem assumir e como refletem nas relações sociais e na identidade de cada um. Por sua vez, os estudos de Cruz (2023) se concentram na evolução dos nomes de jogo utilizados pelos jogadores brasileiros de futebol, rememorando as razões históricas e culturais por trás das mudanças observadas ao longo dos anos.

A pesquisa de Camargo (2022) traz uma análise detalhada do impacto que os nomes de urna dos candidatos a vereador podem ter sobre os eleitores nas cidades paranaenses de Cascavel e Ponta Grossa. Este estudo demonstra que esses nomes, escolhidos estrategicamente, podem influenciar de maneira significativa as decisões dos votantes, tanto de forma positiva quanto negativa. Por fim, Rech (2022) explora os sinais de nome utilizados na Libras, destacando suas características metonímicas no ato de nomear e como esses nomes refletem as identidades e histórias das pessoas surdas e não surdas.

Esses estudos, ao abordarem diferentes aspectos dos nomes não oficiais, evidenciam a importância e a complexidade desse tema. A diversidade de abordagens e perspectivas ressalta a necessidade de novas pesquisas que possam continuar a explorar e aprofundar o entendimento sobre como os nomes não oficiais influenciam e refletem as dinâmicas sociais, culturais e individuais. Portanto, este campo de estudo merece uma atenção contínua e dedicada por parte

dos pesquisadores, a fim de revelar ainda mais nuances e significados ocultos nesses nomes que fazem parte do cotidiano das pessoas.

2 Análise das pesquisas da revisão sistemática de literatura

A primeira questão a ser respondida nesta revisão sistemática de literatura é: quais nomes secundários não oficiais já foram contemplados em teses e dissertações do O-ONOMA? Os estudos de nomes secundários não oficiais podem ser muito amplos e revelar diversas questões culturais, sociais e políticas da sociedade brasileira. Nesta revisão, destacam-se quatro estudos de nomes não oficiais utilizados em diferentes contextos.

A questão da nomeação não oficial a partir de apelidos, hipocorísticos e alcunhas é a mais comum; essa característica foi estudada em três dos quatro trabalhos analisados nesta revisão: Castro (2013), Cruz (2023) e Camargo (2022). Os autores investigaram quais aspectos levam ao ato e à escolha da apelação, bem como os possíveis impactos sociopolíticos e culturais. Nota-se que grande parte da história e da cultura brasileira pode ser lembrada através desses nomes não oficiais. Em relação ao trabalho de Rech (2022), a autora não estuda apelidos, mas sim os nomes próprios de pessoas na Libras, os quais não são considerados nomes oficiais perante a lei.

A segunda pergunta da pesquisa foi: quais fundamentações teóricas foram utilizadas? Sobre este tópico, observa-se que as fundamentações teóricas dos autores têm um viés socio-onomástico⁴, uma vez que, nesses trabalhos, o ato de utilizar um nome não oficial, se aplica,

⁴ “Socio-onomastics as a field of research started out as a sub-discipline within onomastics, the study of names. Socio-onomastics has been developed as a systematic perspective on the dynamic analysis of names and naming. Whereas onomastics traditionally has largely focused on the etymology and typology of names, socio-onomastics looks at how names are used. Although socio-onomastics acknowledges the historical dimension of names and naming, the role of names in the construction of (social) identities is in focus in recent developments in the field. Socio-onomastics stresses the importance of looking at the use of names in every-day interaction: variation in name usage, why some names are avoided, why some names are coupled with particular pejorative attitudes, and how name users themselves perceive the very names they use. Socio-onomastics takes into account the social,

exclusivamente, a diferentes grupos de pessoas e, em todos os trabalhos, são investigadas as possíveis razões para a nomeação e seus impactos. Este resultado indica que a Sócio-onomástica é imprescindível nas pesquisas analisadas, uma vez que a antroponomástica está diretamente ligada às pessoas e à sociedade.

Apesar desse denominador comum, cada pesquisa se pauta em diferentes fundamentações teóricas. Enquanto Castro (2013) utiliza a Semântica do Acontecimento e não menciona a Onomástica nem pesquisadores da área, Cruz (2023) opta pela Sociolinguística Variacionista de Labov (1972) e Fernández (1999). A Linguística Cognitiva, por sua vez, é o referencial teórico escolhido por Rech (2022). Camargo (2022) prioriza a Teoria da Complexidade, a Teoria da Relevância, apoiada pela teoria social do vínculo de Durkheim, e a recursividade em Giddens e Morin para entender profundamente como os nomes de urna são constituídos, suas possíveis representações e os impactos que eles causam.

A última pergunta a ser respondida é: quais procedimentos metodológicos foram usados? Observa-se aqui a predominância do método quali-quantitativo para as análises de cada trabalho, cujos corpus apresentam listas públicas ou materiais coletados através de questionários online. Define-se por método quantitativo a coleta e análise de dados numéricos para testar hipóteses e buscar padrões estatísticos, como acontece nas coletas feitas a partir de pesquisas e questionários. Em contraste, o método qualitativo é utilizado para a coleta e análise de dados não numéricos, focando na análise de conteúdos, como textos ou mídias, para identificar possíveis significados e padrões dentro da pesquisa. Assim, o método

cultural and situational domains in which names are used, and this applies to all kinds of names” (Ainala, Ostman, 2017: 2).

qualiquantitativo combina ambas as abordagens, permitindo uma exploração mais abrangente e profunda dos fenômenos investigados.

A pesquisa feita por Castro (2013) utiliza o método qualitativo, uma vez que o autor foca em analisar a apelidação a partir do corpus da “Apelista de 2011 da cidade de Cláudio (MG) – lista telefônica organizada pelos apelidos dos moradores da cidade de Cláudio (MG) que assinam uma linha de telefone fixo [...]” (Castro, 2013: 4). Da mesma forma, Camargo (2022) também se vale do método qualitativo ao analisar os nomes de urna dos candidatos das cidades paranaenses de Cascavel e Ponta Grossa, tendo como fonte de dados a “disponibilização dos nomes de urna e respectivos nomes civis na “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)” (Camargo, 2022: 216).

Por outro lado, Cruz (2023) emprega o método quantitativo em sua pesquisa, em que ele analisa as mudanças dos apelidos dos jogadores brasileiros de futebol ao longo dos anos, buscando entender os motivos dessas mudanças, usando como fonte principal “[...] nos plantéis de clubes nacionais que disputaram o Campeonato Brasileiro ao longo do período entre 1991 e 2021.” (Cruz, 2023: 8). Por fim, nos estudos realizados por Rech (2022), também se utiliza o método qualitativo, uma vez que a autora explora os sinais de nome de pessoas na Libras, destacando as características metonímicas da língua. Sua fonte de dados foi adquirida através de um questionário online:

O instrumento de coleta foi um questionário *on-line*, composto por oito perguntas, sendo as quatro primeiras destinadas às informações básicas do informante (estado em que reside, se era surdo ou ouvinte, gênero e idade) e quatro destinadas às informações referentes aos sinais de nome [...] (Rech, 2022: 23).

A integração desses diferentes métodos nas pesquisas permite uma abrangência mais ampla de estudos dos nomes não oficiais e fornece credibilidade às pesquisas mencionadas, bem como ao objeto de estudo dessa revisão sistemática de literatura. Isso evidencia a variedade de métodos que podem contribuir para a ampliação dos estudos na área. O fato de existirem

listas públicas que registrem esses nomes não oficiais demonstra a importância dos estudos acerca deles, pois estão presentes no dia a dia e nos mais diversos espaços.

4 Conclusão

Os resultados desta revisão sistemática de literatura indicam que os estudos sobre apelidos e hipocorísticos predominam nas pesquisas relacionadas a outros tipos de nomes não oficiais. Essa predominância evidencia a necessidade de investigações que explorem esses outros nomes, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade na nomeação não oficial.

Ao observar os dados metodológicos escolhidos pelos autores, pode-se perceber que as bases de dados são ricas e abrangem questões socioculturais da sociedade brasileira. Essa característica é uma constante nos estudos onomásticos de maneira geral, especialmente nos estudos socio-onomásticos.

Conclui-se, portanto, que os estudos sobre nomes não oficiais ainda são bastante limitados, especialmente quando comparados ao volume de pesquisas conduzidas por membros do O-ONOMA. Torna-se evidente a necessidade de ampliar as investigações nesse campo para abarcar questões diversas e complexas que envolvem o tema. Além disso, é crucial que novas pesquisas abordem questões ainda pouco exploradas, como o processo de nomeação de recém-nascidos abandonados. Quem é responsável por nomeá-los? Como ocorre a emissão de suas certidões de nascimento? Essas certidões são provisórias? E se essas crianças não forem adotadas, o que era um nome não oficial passa a ser oficial? Como se dá a escolha do sobrenome nesses casos? Tais questões, que envolvem a dinâmica da nomeação e da aut nomeação, merecem atenção para que possamos compreender melhor as implicações sociais e legais desse fenômeno.

Recebido em: 06/08/2024

Aprovado em: 10/12/2024

Publicado em: 04/01/2025

Referências

Ainala, T., & Östaman, J.-O. (2017). *Socio-Onomastics: The Pragmatics of Names*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

Amaral, E. T. R., & Seide, M. S. (2020). *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher.

Camargo, K. A. (2022). *Entremeios do poder: Da autonomeação ao nome de urna do pleito municipal de Cascavel e Ponta Grossa (Paraná – BR, 2020)*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel - Paraná.

Castro, M. V. (2013). *A nomeação lúdica: um estudo enunciativo da apelidação e dos apelidos de pessoa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Cruz, V. (2023). *O mercado da bola e a variação antroponímica entre os jogadores brasileiros de futebol*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

Guimarães, E. (2005). *Semântica do Acontecimento* (2ª ed.). Campinas: Pontes.

Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola. (Original publicado em 1972).

Rech, C. G. (2022). *Estudo dos nomes próprios de pessoas na Libras: Onomástica e Linguística Cognitiva em diálogo*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel – PR.

Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos.

Seide, M. (2023). Prenomes e sobrenomes no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, 17, e1704. Disp. em: <http://dx.doi.org/10.14393/DLv17a2023-4> . Acesso em 06, agosto, 2024.

Wrigley, O. (1996). *Política da surdez*. Washington: Gallaudet University Press.